ACTA Nº 9/2006**Data da reunião ordinária: 17-04-2006****Local: Sala de Reuniões da Câmara Municipal****Início da reunião: 9:30 horas****Términus da reunião:12:00 horas****A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.****Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:****Presidente:** Jaime Manuel Gonçalves Ramos**Vereadores:**

Luis Filipe Mesquita Boavida
João José Pescador de Matos Fanha Vieira
Carlos Alexandre Zagalo Gouveia
Ezequiel Soares Estrada
Maria João Gil dos Santos Grácio
Henrique dos Reis Leal

Outras Pessoas:**Responsável pela elaboração da acta:****Nome:** Maria de Lurdes Marques Esteves Alves dos Santos**Cargo:** Chefe de Secção**Faltas justificadas:****Faltas por justificar:****Resumo diário da Tesouraria:** 13-04-2006**Operações Orçamentais:** 758.745,80**Operações não Orçamentais:** 29.266,85

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- Após a aceitação das inscrições do público, nos termos do nº 2, artº 6º do Regimento desta Câmara Municipal, o Exmo. Presidente deu a palavra, no início da reunião, ao seguinte munícipe:

1.º - Sr. Francisco Carvalho Roque, residente na Rua 1º de Dezembro, n.º 86 – A – Entroncamento, novamente, sobre o estacionamento no lado oposto à sua garagem, dadas as dificuldades de acesso à mesma e não vê nenhuma solução, pelo que pretende que o assunto seja resolvido.

- O Exmo. Presidente informou que na semana passada teve uma reunião com os técnicos que elaboraram o estudo. Estão a estudar a matéria e interessados em resolver o problema, mas o Sr. Roque terá que aguardar conforme lhe foi dito nas reuniões anteriores.

- 2.º - Sr. Rui Manuel Feijão Galinha, residente na Rua Amália Rodrigues, n.º 13 – Entroncamento, sobre a construção de um muro de divisória, cujo prazo para ser rectificada a situação terminou em 23 de Fevereiro e até agora nada foi feito.

- O Exmo. Presidente informou que foi aprovada uma alteração ao loteamento, seguida de um período de reclamação, encontrando-se o processo nos serviços, para a todo o momento, ser presente à reunião, o que aguardamos.

- 3.º - Sr.ª Maria Graciete Rabaça, residente na Rua Rui Luís Gomes, n.º 46 – 1º Esq.º - Entroncamento, novamente, sobre a estrutura metálica construída ilegalmente pela Casa Carloto, cujo processo depois de passar por várias fases, o Tribunal mandou demolir, dando razão a uma deliberação da Câmara, mas a situação continua a prolongar-se pelo que gostava de ser esclarecida.

- O Exmo. Presidente informou que é um processo que se arrasta desde 2000, tendo votado a favor da demolição da construção, mas no dia 20/2/2006 houve um recurso para o Sr. Provedor de Justiça, que lhe foi entregue no fim do mês de Março, e que tem para analisar com os serviços jurídicos e posteriormente remeter para os advogados desta Câmara que trataram do processo, para saber se existe ou não suspensão do mesmo.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INFORMAÇÕES

- De acordo com o artº 9º do Regimento desta Câmara Municipal, o Exmo. Presidente usou da palavra, para informar o seguinte:

- 1 – EXMO. PRESIDENTE

- a) – Distribuiu pelos Srs. Vereadores cópia do ofício n.º 80/06, da Assembleia Municipal do Entroncamento, que comunica que vai realizar no próximo dia 27/04/06, pelas 21 horas, uma Sessão Ordinária, conforme o edital que anexa, para a qual solicita a comparência de todos os elementos que compõem o Município.

- b) – A seguir, distribuiu pelos Srs. Vereadores cópia do Programa das Comemorações do Aniversário do 25 de Abril/06, propondo, a exemplo do ano anterior, que para a Sessão Solene sejam convidados um eleito local de todos os Partidos Políticos com assento na Assembleia Municipal, assim como a Associação 25 de Abril, dando 5 minutos a cada um para poderem intervir.

- A Câmara concordou com esta proposta e aprovou-a em minuta para produzir efeitos imediatos.

- c) – Acerca da questão colocada na última reunião pelo Vereador Sr. Alexandre Zagalo, sobre o mês da Juventude, o Exmo. Presidente informou que a realização deste evento esteve abaixo do orçamentado e aprovado por esta Câmara e contou com a participação da generalidade dos jovens do Entroncamento.

- d) – Por último, o Exmo. Presidente prestou a seguinte informação escrita:

- “Após convite endereçado pelo Sr. Presidente do município de Villiers sur Marne, para que se deslocasse a esta cidade uma delegação com o objectivo de intervir, no dia 29 de Abril, sobre a temática “transportes/ambiente”, foi o mesmo aceite.

- A delegação será constituída por mim, pelo Sr. Vereador das geminações, Dr. João Fanha Vieira, por dois elementos do comité de geminação, Dra. Manuela Poitout e Sr. Manuel Bilreiro, bem como do Eng. Valente de Almeida e do Dr. Carlos Silva, pela sua relação à área ferroviária. Devo ainda referir que foi convidado o Sr. José Eduardo Neto da Silva que, infelizmente, e por motivos de saúde não nos poderá acompanhar.

- 2 – VEREADOR SR. ALEXANDRE ZAGALO

- a) – Começou por referir que ficou incomodado com o assunto aqui apresentado pela munícipe D. Graciete Rabaça, acerca da construção ilegal de uma estrutura metálica, cujo assunto desconhecia, mas como jurista, esclarece, que não cabe recurso para o Sr. Provedor de Justiça e sim queixas ou reclamações, e as decisões dos tribunais são para serem cumpridas.

- Por outro lado, pergunta quem é a pessoa ou sociedade que fez a queixa e essa queixa não tem efeitos suspensivos em relação à decisão do Tribunal.

- b) – A seguir, levantou, de novo, a questão sobre a Rotunda da Ponte da Pedra, referindo que o Exmo. Presidente na última reunião disse que o projecto tinha sido aprovado na reunião de 2/1/06, na qual não esteve presente, mas nessa acta consta um ajuste directo à Firma Miraterra, para trabalhos de melhoramentos, no valor de 4.422,45 Euros, mais Iva.

- Acerca destas questões, o Exmo. Presidente informou:

- Sobre a primeira questão, o requerimento foi feito pela Firma António Carloto de Castro, Lda, encontrando-se o processo na Divisão de Obras à disposição do Sr. Vereador para o analisar, quando o entender.

- Sobre a segunda questão, a planta de execução destes trabalhos foi aprovada e rubricada por todos os elementos presentes nessa reunião.

- 3 - VEREADOR SR. EZEQUIEL ESTRADA

- Referiu que enviou um e-mail ao Sr. Presidente para que lhe disponibilizasse o processo da Rotunda da Ponte da Pedra e como até agora não recebeu resposta, apresentou, de novo, a solicitação escrita e que passou a citar:

- “Os Vereadores da Câmara Municipal do Entroncamento, Ezequiel Estrada e Alexandre Zagalo, eleitos nas listas do Partido Socialista, solicitam que lhes seja facultado, no prazo legal, acesso a todo o processo, relativo ao projecto que levou à implantação, concurso de empreitada e respectivos, (chamados) melhoramentos da Rotunda da Ponte da Pedra.”

- O Exmo. Presidente informou que na caixa postal que esta Câmara disponibilizou para os Srs. Vereadores já lá se encontra a resposta desde o dia 13 do corrente, a não ser que tenha acontecido algum problema.

- 4 – VEREADOR SR. HENRIQUE LEAL

- a) – Sobre a questão do estacionamento apresentada pelo munícipe Sr. Roque, referiu que existem questões do quotidiano que não se compadecem com as reuniões sucessivas e com protelamento de projectos como estes que andam aqui a rebolar há anos, e este é uma questão de numa necessidade urgente pretender sair com a sua viatura e ver a saída bloqueada por uma outra viatura.

- Por outro lado, este é o resultado da Câmara ter sido pouco sensível à desordem urbana que é colocar prédios de habitação colectiva ao lado de moradias particulares.

- b) – Também, sobre as duas questões aqui colocadas pelos munícipes Sr. Galinha e D. Graciete, parece haver cidadãos de 1ª e de 2ª e como o Dr. Zagalo, que é jurista, acabou de dizer o requerimento feito para o Provedor de Justiça não tem qualquer efeito suspensivo em relação à decisão do Tribunal.

- c) – Seguidamente, o Vereador Sr. Henrique Leal, apresentou uma Moção, acerca da “Fábrica de Malhas Ilda.”

- Após intervenção do Sr. Presidente sobre o assunto em causa, foi pelo Vereador Sr. Henrique Leal acrescentado o penúltimo parágrafo, à referida Moção, que a seguir se transcreve:

- “MOÇÃO:

- Depois de vários meses sem receberem vencimentos – que no total ascendem a muitos milhares de euros – e após muitas tentativas frustradas de resolução da sua grave situação económica, duas dezenas e meia de trabalhadores da “Fábrica de Malhas Ilda” viram-se recentemente forçados a rescindir os respectivos contratos e assumir a situação de desempregados para poderem recorrer aos subsídios a que têm direito.

- Continua por reconhecer e compensar justamente o enorme esforço e trabalho de anos a fio, em que sacrificaram muitas horas das suas famílias, nomeadamente aos sábados e em horas extraordinárias.

- Embora se trate de uma empresa privada, o desemprego que atingiu estes trabalhadores, nalguns casos marido e mulher, comporta uma dimensão económica, social e humana que a Câmara Municipal do Entroncamento não pode ignorar.

- Em consequência, a Câmara Municipal do Entroncamento, reunida em sessão ordinária em 17 de Abril de 2006:

- manifesta a sua solidariedade para com os trabalhadores desempregados da “Fábrica de Malhas Ilda”;
- disponibiliza os serviços sociais do município para, em articulação com o respectivo Sindicato e com o Centro de Emprego, ajudar a resolver a situação económica e de desemprego destes trabalhadores e trabalhadoras;
- mandata o Sr. Presidente da Câmara para estabelecer contactos com os trabalhadores com vista a um melhor conhecimento e identificação do problema;
- mandata o Sr. Presidente da Câmara para estabelecer contactos necessários junto das empresas e empresários envolvidos, com vista a uma completa identificação do problema e das perspectivas da sua resolução.”

- Depois de aceite esta Moção e submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

- Foi ainda aprovado em minuta este assunto para produzir efeitos imediatos.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

LEITURA E APROVAÇÃO DE ACTA

- Foram presentes as actas das reuniões de 03 e de 06 de Abril de 2006, respectivamente, que depois de lidas e corrigidas foram aprovadas e assinadas por todos os presentes.

- “Nesta altura, o Vereadores do Partido Socialista Srs. Alexandre Zagalo e Ezequiel Estrada, referindo-se à deliberação tomada na reunião de 3 de Abril, acerca da “Prestação de Contas do Exercício Económico de 2005”, solicitaram esclarecimento quanto às razões que levaram à realização de uma reunião extraordinária, tendo em vista que os Vereadores Ezequiel Estrada e Alexandre Zagalo se pronunciaram, informando que na ordem do dia que lhes foi distribuída, em devido tempo, não constava o devido ponto.

- Assim e em complemento da declaração dos Vereadores do Partido Socialista deve ser dito que o Sr. Presidente agendou a reunião extraordinária após a recusa dos Srs. Vereadores em representação do Partido Socialista em discutirem e votarem o documento Prestação de Contas mesmo depois de justificado pelos serviços a razão da não inclusão deste ponto na ordem do dia dos Vereadores do Partido Socialista, muito embora a documentação já tivesse sido colocada no Gabinete dos Srs. Vereadores para apreciação, alguns dias antes da entrega da referida ordem do dia.”

PLANOS DE PORMENOR

PLANO DE PORMENOR DA ZONA DO CENTRO DE SAÚDE (ENVOLVENTE COM A RUA D. CARLOS, ACESSOS À GALHARDA E À PASSAGEM INFERIOR E LINHA DO CAMINHO DE FERRO)

- Ofício nº 2006-8205-S, datado de 4 de Abril, da CCDRLVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, a comunicar que a proposta de ocupação do Plano de Pormenor da Zona do Centro de Saúde (adiante designada por PPCS) se encontra em condições de merecer parecer favorável daquela CCDR, no âmbito do artº. 75º do DL n.º 380/99, de 22 de Setembro, com redacções dadas pelo DL n.º 310/2003, de 10 de Dezembro.

- Mais informa que existem ainda algumas questões que devem ser rectificadas antes da proposta seguir para discussão pública, a saber:

- 1. – Formalização do PPCS

- De acordo com o estabelecido no DL n.º 380/99, de 22 de Setembro, na sua actual redacção, na Portaria n.º 138/2005, de 2 de Fevereiro e na Norma elaborada por aquela CCDR, relativa à “Tramitação para a elaboração, acompanhamento e aprovação dos Planos de Pormenor”, verifica-se:

- Conteúdo material

- O plano define a área de intervenção. No entanto, consideram que a caracterização desta não se encontra devidamente desenvolvida.

- O plano não identifica o sistema de execução a utilizar na área de intervenção.

- O plano deve integrar a explicitação prévia do zonamento com base na disciplina consagrada no Plano Director Municipal (art. 91º, n.º 3 do DL n.º 380/99, de 22 de Setembro, na sua actual redacção).

- Conteúdo documental

- O plano deve incluir uma planta de enquadramento contendo a localização do plano no território municipal envolvente, com indicação da área de intervenção e respectiva articulação, designadamente com as vias de comunicação e demais infraestruturas relevantes, estrutura ecológica, grandes equipamentos e outros elementos considerados relevantes.

- O plano deve incluir extractos do regulamento e da planta de condicionantes dos instrumentos de gestão territorial em vigor na área de intervenção do plano.

- O plano deve ainda ser acompanhado pelas fichas de dados estatísticos, elaboradas segundo modelo a disponibilizar pela Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU).

- 2. – Regulamento

- No que respeita ao Regulamento do PPCS, verificam que a maioria das questões levantadas na anterior informação foram corrigidas. No entanto foram ainda identificados alguns aspectos que carecem de rectificação:

- No n.º 4 do art. 2º são referenciados como elementos anexos ao PPCS os “Estudos de Caracterização”.

- Informam que estes não fazem parte dos elementos.

- A indicação dos elementos que compõem o plano deve respeitar as designações previstas nos números 2 e 3 do art. 91º, a saber: “Elementos que constituem o plano” e “Elementos que acompanham o plano”.

- No art. 4º sugerem que cada uma das definições apresentadas corresponda a uma alínea.

- As definições apresentadas no regulamento de um plano de pormenor pretendem esclarecer/clarificar o significado de algumas palavras referenciadas no seu conteúdo e que podem levantar algumas dúvidas.

- Deste modo, consideram que apenas deverão constar do regulamento, as definições respeitantes ao mesmo. Por exemplo, quando é apresentada a definição de índice de utilização do solo, esta não deve ser tão abrangente e fazer referência a um “Plano Municipal de Ordenamento do Território” mas sim ao PPCS, neste caso.

- A definição apresentada para o número de pisos, não corresponde a uma definição, e uma vez que “número de pisos” não suscita qualquer dúvida, sugere-se que esta definição seja retirada.

- O regime jurídico da urbanização e da edificação (RJEU) já prevê a definição de obras de demolição e de operação de loteamento. Deste modo, é desnecessário que o regulamento do plano as repita.

- No art. 10º a epígrafe não corresponde ao seu conteúdo. O último parágrafo deste preceito deve ser numerado.
- O disposto no n.º 2 do art. 11º deste preceito não afasta o regime previsto no artigo 97º do GJIGT.
- Não se compreende o objectivo do art. 15º. No entanto, julga-se que o mesmo não traz nada de novo às disposições do PPCS, pelo que se sugere a sua eliminação.
- No art. 17º a palavra “serviço” deve estar no plural.
- Foi introduzido no PPCS uma secção referente às condicionantes legais existentes na área de intervenção. No entanto, este apenas acautela os licenciamentos necessários na faixa de protecção ao Domínio Hídrico. Deste modo, deve ser introduzido um artigo que refira as condicionantes legais existentes na área de intervenção do PPCS e as disposições legais que têm de ser cumpridas.
- Referem ainda que as condicionantes legais devem estar inseridas em capítulo próprio e não numa secção do capítulo referente a utilização do solo.
- De acordo com o Regime Legal de Poluição Sonora deve ser introduzido um artigo no Regulamento que refira a classificação atribuída à área de intervenção.
- O art. 27º deve ser dividido em dois pontos, destinando-se um à avaliação e outro à revisão do plano.
- Os verbos no Regulamento devem ser utilizados no presente do indicativo.

- 3. – Planta de Implantação

- No que respeita à Planta de Implantação devem ser introduzidos no Quadro de Síntese as cotas de soleira e deve encontrar-se definida a classificação atribuída à área de intervenção em termos acústicos.

- 4. - Relatório

- O relatório pretende explicitar de forma clara as características da área de intervenção, a situação existente, os objectivos da proposta, assim como a fundamentação de todas as propostas e sua conformidade com os diversos diplomas legais. Desta forma, este elemento não deve conter referências aos pareceres da CCDR, nem deve constituir um documento que apenas apresenta as justificações às questões colocadas por aquela CCDR. Sugerem portanto que o documento seja revisto para que se adeque ao referido anteriormente.

- 5. – Programa de Execução e Plano de Financiamento

- Relativamente ao Programa de Execução e Plano de Financiamento, referem que estes são elementos distintos no PPCS, não devendo encontrar-se integrados no Relatório.

- 6. – Regime Legal de Poluição Sonora

- De forma a vincular as medidas de poluição sonora ao PP, entende-se que as estratégias de redução de ruído preconizadas no estudo deverão ser assumidas pela CM do Entroncamento, devendo para esse efeito ser vertidas para o regulamento do plano, inclusivamente as características e acções a contemplar em termos de controlo de ruído.
- Referem ainda que o plano carece da classificação, delimitação e disciplina das zonas sensíveis e mistas para a área do plano, nos termos do n.º 2 do art. 4º do RLPS.

- 7. – Outras Plantas

- Sugerem ainda outras alterações nas restantes Plantas constituintes do PPCS, a saber:

- Planta da Rede Viária Proposta: sugerem que os arruamentos propostos se encontrem identificados de forma mais sensível, uma vez que é esta a informação que a planta pretende prestar. Para além do referido, a planta deve ter uma legenda com a identificação do limite da área de intervenção e com a identificação dos arruamentos existentes e propostos.

- Plantas da rede de abastecimento de água, drenagem de águas domésticas e drenagem de águas pluviais: estas Plantas devem conter a legenda correspondente.

- Extracto da Planta de Ordenamento do PDME: a representação da área de intervenção não deve corresponder a um polígono, mas um limite que permita identificar as classes de espaço definidas em PDM.

- Planta da situação existente – levantamento topográfico: sugerem que seja definido o perímetro da área de intervenção que tenha correspondência na legenda. Os edifícios existentes devem igualmente ter correspondência na legenda.

- Planta da situação existente – planta cadastral: sugerem que sejam identificados os proprietários de cada uma das parcelas identificadas e que seja referido a quem pertence a restante área do PPCS.

- Planta da situação existente – sugerem que sejam retirados os limites cadastrais das parcelas, uma vez que estes se encontram representados noutra planta.

- Informam ainda que findo o período de discussão pública deverá esta Autarquia elaborar a proposta final do PPCS (de acordo com os resultados da discussão pública) e posteriormente apresentá-la aquela CCDR para parecer no âmbito do art. 78º do DL n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo DL n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, a qual se encontra disponível para qualquer esclarecimento.

- Sobre este assunto a DUOP, prestou a seguinte informação:

- «Através do ofício n.º 2006-8205-S de 04/04/2006 informou a CCDRLVT, no âmbito do art.º 75 do D.L. n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo D. L. n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, que a proposta do Plano de Pormenor mencionado em título **SE ENCONTRA EM CONDIÇÕES DE MERECER PARECER FAVORÁVEL POR PARTE DAQUELA ENTIDADE**, salvaguardadas algumas questões que deveriam ser rectificadas antes da referida proposta seguir para discussão pública.

- Em face do exposto, anexa-se a proposta do mencionado Plano de Pormenor, contemplando as referidas rectificações, a qual nesta fase, deve ser sujeita a discussão pública de harmonia com o previsto no art.º 77.º do diploma legal supra identificado.»

- A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar este assunto, para análise em próxima reunião.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ESCOLA BÁSICA

ESCOLA EB1 N.º 3 DO ENTRONCAMENTO – VISITA DE ESTUDO – PEDIDO DE SUBSÍDIO

- Ofício n.º 29, datado de 22 de Março de 2006, da Escola Básica 1 N.º 3 do Entroncamento, a informar que vai realizar a Visita de Estudo Anual, no dia 3 de Maio do corrente ano, organizada do seguinte modo:

- 1ºs e 2ºs anos – Planetário e Oceanário

- Nesta visita participação 86 alunos, 7 professores e 3 auxiliares de Acção Educativa.

- 3ºs e 4ºs anos - Planetário e Pavilhão do Conhecimento – Ciência Viva

- Nesta visita participarão 108 alunos, 9 professores e 4 auxiliares de Acção Educativa.

- Mais informa que alguns dos alunos que participam nesta visita de estudo beneficiam de subsídio de acção social escolar de acordo com o seguinte:

- 1º e 2º anos escolares o custo da viagem é de 13.00 Euros - 15 alunos são do escalão A, totalizando 195.00 Euros e 4 alunos do escalão B, totalizando 52.00 Euros.

- 3º e 4º anos escolares o custo da viagem é de 12.00 Euros, sendo 21 alunos do escalão A, totalizando 252.00 Euros.

- Assim o total do escalão A é de 447.00 Euros e do escalão B é de 52.00 Euros, sendo o total geral de 499.00 Euros.

- Neste sentido, solicitam a esta Autarquia que disponibilize a verba respectiva aos alunos carenciados (499.00 Euros), cujos Encarregados de Educação autorizaram a inscrição na visita de estudo.

- Ouvido o Vereador Sr. João Vieira, emitiu este, para o efeito, o seguinte parecer:

- «Sr. Presidente:

- Sou da opinião que o presente subsídio seja atribuído e que, conforme deliberado em reunião de Câmara de 12 de Novembro de 2002, apenas os alunos carenciados sejam subsidiados.

- Devo, no entanto, referir que o total a atribuir não serão € 449,00, mas sim € 473,00, uma vez que os alunos do escalão B são subsidiados a 50%.

- Desta forma, os €52,00 que aparecem na presente tabela, deverão ser substituídos por € 26,00.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, atribuir para o efeito, o subsídio de acordo com o parecer do Sr. Vereador da tarefa.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CLUBES ASSOC. DESPORT. CULTURAIS DO ENTRº

ORFEÃO DO ENTRONCAMENTO – XX FESTIVAL DE COROS - PEDIDO DE APOIO

- Ofício n.º 26/06, datado de 07 de Abril, do Orfeão do Entroncamento, a informar que promove anualmente a realização de encontros de grupos corais, levando a efeito, este ano o seu XX Festival de Coros, solicitando a sua integração nas Festas da Cidade:

- Assim, no dia 10 de Junho, Sábado, pelas 21h00 na Igreja Nª Sª. de Fátima do Entroncamento, terá lugar a I Parte e no dia 11 de Junho, Domingo, pelas 16h30, no Centro Cultural do Entroncamento a II Parte.

- Para o efeito, solicitam apoio para o jantar para cerca de 240 coralistas (a confirmar), dos 6 Grupos Corais participantes, que prevêem importar no valor monetário de cerca de 1510 €, assim como a oferta de lembranças para Grupos Corais que os visitam.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, retirar este assunto para análise na próxima reunião.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ASSOCIAÇÕES DESP. E CULTURAIS F/CONCELHO

ACIS – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO

- Fax nº 78/06, datado de 24 de Março, da ACIS – Associação Empresarial de Torres Novas, Entroncamento, Alcanena, Golegã, a comunicar que é intenção da Direcção, abrir no próximo mês de Abril, um posto de atendimento aos associados na cidade do Entroncamento, a qual já é uma aspiração antiga e de elevada importância, não só para a ACIS que assim pode prestar um melhor apoio aos associados, mas também para os próprios empresários que desta forma recebem um apoio mais directo e mais diário.
- Simultaneamente, um colaborador da ACIS irá visitar individualmente todos os estabelecimentos comerciais, de restauração e de prestação de serviços, prestando-lhes o apoio que foi possível e dando-lhes a conhecer a existência do posto de atendimento onde se poderão dirigir a fim de tratarem do que necessitarem.
- Assim, e dado que as despesas que vão suportar mensalmente, 600 Euros aproximadamente, serão elevadas dado ser uma entidade sem fins lucrativos e ter apenas como receitas as quotizações e não havendo possibilidade desta Autarquia disponibilizar um espaço, a título gratuito, solicita um apoio financeiro de forma a minimizar as referidas despesas.
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, informar que só apoiará em situações pontuais.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ASSOCIAÇÃO DE DADORES DE SANGUE DO HOSPITAL DE TORRES NOVAS – PEDIDO DE DONATIVO

- Carta datada de 29 de Março de 2006, da Associação de Dadores de Sangue do Hospital de Torres Novas, a informar que é uma benemérita instituição criada em 13 de Maio de 1990, nesta altura, possuem cerca de 3.000 dadores benévolos de sangue que doam cerca de 4.100 unidades de sangue, anualmente. Através da sua meritória acção muitas vidas têm sido salvas ao longo destes quinze anos de existência e têm até merecido rasgos elogios por parte de muitas Entidades Oficiais, nomeadamente o Instituto Português do Sangue.
- Mais informa que o Conselho de Ministros declarou – a instituição como de Utilidade Pública, conforme Diário da República de 26/10/99 e o Município de Torres Novas homenageou a mesma com a Medalha de Benemerência no ano de 2000.
- Informa ainda, que vai comemorar o 16º Aniversário, no dia 14 de Maio de 2006, nas instalações do Pavilhão Joaquim Matias Pedro (junto ao Estádio Municipal Dr. Alves Vieira) em Torres Novas, oferecendo um convívio com a entrega de galardões aos seus dadores que se distinguiram com as suas dádivas, os quais pagaram uma inscrição simbólica.
- Assim e dado que não possui qualquer meio lucrativo, solicitam um pequeno contributo para ajudar a suportar a elevada despesa que têm com a realização desta efeméride.
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, atribuir, para o efeito, um subsídio de 250 Euros.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

FESTA DO AVANTE – PEDIDO DE CONTRIBUIÇÃO

- Carta datada de 3 de Abril de 2006, da Comissão Nacional do Desporto da Festa do Avante, a informar que vai realizar a 30ª edição da Festa do Avante, nos dias 1, 2 e 3 de Setembro do corrente ano, a qual é reconhecida como a maior iniciativa político-cultural que anualmente tem lugar no nosso país, abrangendo áreas como: Música, Teatro, Dança, Cinema, Escultura, Pintura, Fotografia, Tecnologia, Ciência, Gastronomia (nacional e internacional), Artesanato e ainda um espaço privilegiado para o Desporto.
- Informa ainda que durante a fase da promoção – Maio a Agosto – como também ao longo dos três dias em que decorre a Festa, praticam-se, aproximadamente, duas dezenas de modalidades desportivas que envolvem milhares de praticantes, em todos os escalões etários.
- Assim, para este efeito vêm convidar esta Autarquia a associar-se à referida Festa, através da contribuição de uma Taça/ Troféu/ Placa ou outro Galardão que, identificando a origem, divulgue o nosso Concelho.
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, ofertar um troféu.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

SECÇÃO LICENÇAS E TAXAS

INFORMAÇÃO DA SECÇÃO LICENÇAS E TAXAS - DELEGAÇÃO COMPETÊNCIAS

- Da Secção de Licenças e Taxas, foi presente a seguinte informação relativa à “Delegação de Competências”:
- “Atenta a deliberação de 28/10/2005 e dando cumprimento ao nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, junto anexo listagens das licenças emitidas por esta Secção de Impostos, Licenças e Taxas, no período de 27/03/06 a 07/04/06.
- Nesta conformidade deve o mesmo ser presente em reunião de Câmara, a fim de o Exmo. Presidente dar conhecimento à Câmara.”
- A Câmara tomou conhecimento e rubricou todas as páginas constantes desta listagem, as quais fazem parte integrante da presente acta.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PESSOAL

PESSOAL - PROCESSO DISCIPLINAR

- Foi presente o processo disciplinar instaurado contra o Técnico Profissional de 1ª Classe, Topógrafo, Nelson Teixeira Medley Rosa, acompanhado do relatório final do Instrutor, que propõe a aplicação da pena de aposentação compulsiva, prevista na alínea e) n.º 1, do artigo 11º do Estatuto Disciplinar.
- Analisado todo o processo, a Câmara, precedendo por escrutínio secreto, deliberou, por unanimidade, com 7 votos a favor, aplicar ao arguido a pena de aposentação compulsiva, tendo por base a proposta constante do relatório do instrutor.
- O arguido vai ser notificado desta resolução punitiva, nos termos do artigo 69º do Estatuto Disciplinar.
- Mais foi deliberado aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PATRIMÓNIO

ALIENAÇÃO DE PATRIMÓNIO

- Na sequência da informação prestada pelo Encarregado – Geral, relativa à Venda de um Barco em fibra que se encontra no Serviço Municipal Protecção Civil, foi presente a seguinte informação da Divisão de Finanças e Património:

- “Em cumprimento do despacho do Sr. Presidente informa-se o seguinte:
- 1. Segundo informação do Encarregado-Geral (cópia anexa) existe 1 equipamento que se encontra fora de serviço, visto que foi recentemente substituído por outro de melhores qualidades.
- Trata-se do seguinte material:
- Barco em fibra com as dimensões de 3.00 x 1.20 mts, com o numero de inventário 6946.
- 2. É competência da Câmara Municipal a alienação dos bens móveis que se tornem dispensáveis, nos termos da lei – alínea e) do nº 1 do artigo 64º da lei nº 169/99 de 18/9 na redacção que lhe foi dada pela lei nº 5-A/2002 de 11/1.
- 3. A alienação deve ser feita por hasta pública, única forma de manter a isenção do processo. Caso a hasta pública fique deserta poderá a alienação ser feita por ajuste directo.
- 4. Com a alienação, o sector de património lavrará o respectivo auto de abate.
- 5. Propõe-se o seguinte modelo de Edital:
- ...
- Em reunião de 17/04/2006 a Câmara Municipal deliberou proceder à venda em hasta pública a realizar no Edifício dos Paços do Concelho, no dia **12 de Maio** do ano **dois mil e seis**, pelas **nove horas e trinta minutos**, do seguinte equipamento:
- Barco em fibra com as dimensões 3.00 x 1.20 mts, numero de inventário 6946.
- A base de licitação para este equipamento é de 250 €, não podendo os lances ser inferiores a 25 €. -----
- O equipamento será vendido no estado em que se encontra, não sendo atendível, em caso algum, qualquer reclamação quanto ao seu estado. -----
- O equipamento poderá ser visto nas instalações municipais sitas na Rua Afonso Albuquerque, na cidade do Entroncamento. -----
- **Condições de pagamento:** 100 % do valor da arrematação no acto da mesma.
- Ao valor da arrematação acresce Iva à taxa normal em vigor. -----
- A importância depositada no acto da arrematação não será devolvida se verificar posterior desistência do arrematante. -----
- A Câmara reserva-se o direito de não adjudicar, se tanto julgar conveniente aos interesses do Município. -----
- ...
- 6. Após aprovação pela Câmara Municipal da alienação destes bens, o processo poderá ter inicio.
- 7. Sugere-se a publicação do Edital na imprensa local.
- 8. No sentido de supervisionar todo o processo torna-se necessário a nomeação de uma comissão, sugerindo os serviços a seguinte composição:
- Comissão:
- **Presidente:** Dr. Gilberto Martinho
- **Vogais:** Hugo Gonçalves
Susana Silva
- **Suplentes:** Filipa Silvestre
Fernando Madureira”
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, proceder de acordo com a informação prestada e modelo de edital apresentado.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

TRÂNSITO

COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

- Presente a seguinte informação do Encarregado-Geral, sobre a colocação de sinalização de trânsito em diversas Ruas da Cidade:

- «De acordo com as ordens de serviço emanadas pelo Sr Vice-Presidente, informo V. Ex^a que foi colocada em 30 de Março de 2006 a seguinte sinalização:

- Nº de Sinal –	– Tipo de Sinal –	- Colocação –
1613/N	STOP	Largo Ernesto Martins Dionísio cruzamento Rua Arnaldo da Silva;
1614/N	STOP	Rua da Cascalheira cruzamento Rua Eng.º Henrique Sequeira;
1615/N	STOP	Rua da Cascalheira cruzamento Rua Arnaldo da Silva;
1616/N	STOP	Rua da Cascalheira cruzamento Rua José Francisco Cunha Saldanha;
1617/N	STOP	Rua da Cascalheira cruzamento Rua Maria Serrana;
1618/N	STOP	Largo Frederico Augusto Pimentel cruzamento Rua Arnaldo da Silva;
1619/N	STOP	Rua José Francisco Cunha Saldanha cruzamento Rua Arnaldo da Silva.»

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação desta sinalização.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CEDÊNCIA DE TERRENOS

CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO – TRINDADE & MARTINS – CONSTRUÇÕES, LD^a

- Petição da Firma Trindade & Martins – Construções, Lda, com sede na Rua D. José Alves Correia da Silva, n.º 284, 5-A, Fátima, na qualidade de proprietária, a solicitar a celebração da escritura de cedência da área de 76 m² de terreno para passeios e 290 m² para a ciclovia, referentes ao processo de obras n.º 203 A/01, conforme os documentos juntos.

- Para o efeito a DUOP emitiu a seguinte informação:

- «Dado que tem sido ultimamente exigida pelos Serviços Cadastrais e Conservatória a realização de escritura para transacção de terrenos cujo objectivo é a cedência para integração no domínio público municipal, cumpre-me informar V. Ex^a. do seguinte:

- As áreas a receber são:

- **76,00 m² (setenta e seis metros quadrados) para passeios;**

- **290,00 m² (duzentos e noventa metros quadrados) para ciclovia.**

- Anexa-se planta de localização com indicação da parcela em causa;

- Relativamente ao valor patrimonial, sugere-se que haja uma tomada de posição do Executivo relativamente ao valor unitário (m²) a atribuir ao terreno, tal como já aconteceu em situações anteriores;

- Refere-se que, o valor atribuído tem sido em situações idênticas de 1 cêntimo/m².

- O prédio relativamente ao qual a parcela vai ser cedida encontra-se descrito na Conservatória do Registo Predial do Entroncamento sob o n.º 05811 e inscrito na matriz sob o art.º 9.246.

- As confrontações da parcela com 76,00 m² são:

- **Norte** – Trindade & Martins - Construções, L^{DA};
- **Sul** – Rua Dr. Costa Machado;
- **Nascente** – Herdeiros de Abílio da Silva Estudante;
- **Poente** – Ribeira de Santa Catarina.
- As confrontações da parcela com 290,00 m² são:
- **Norte** – Trindade & Martins - Construções, L^{DA}, Carlos José dos Santos e outros;
- **Sul** – Rua Dr. Costa Machado;
- **Nascente** – Trindade & Martins - Construções, L^{DA};
- **Poente** – Ribeira de Santa Catarina.»
- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, aceitar a cedência desta parcela de terreno e atribuir o valor de um cêntimo por metro quadrado de terreno.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO – CÉSAR DA SILVA GAMEIRO

- Petição de César da Silva Gameiro, residente em Covões de Cima, Entroncamento, na qualidade de proprietário de um terreno sito no Gaveto das Ruas Mouzinho de Albuquerque com a Luís Sommer, nesta Cidade, a solicitar a celebração da escritura comprovativa de que foi cedida a área de 138,90 m² para passeio, conforme os documentos juntos.
- Para o efeito a DUOP emitiu a seguinte informação:
- «Dado que tem sido ultimamente exigida pelos Serviços Cadastrais e Conservatória a realização de escritura para transacção de terrenos cujo objectivo é a cedência para integração no domínio público municipal, cumpre-me informar V. E.^{xa} do seguinte:
- A área a receber é:
138,90 m² (cento e trinta e oito vírgula noventa metros quadrados) para passeio;
- Anexa-se planta de localização em duplicado com indicação da parcela em causa, bem como planta de cedência em duplicado, devidamente autenticadas;
- Relativamente ao valor patrimonial sugere-se, em face da actual moeda, que haja uma tomada de posição do Executivo relativamente ao valor unitário (m²) a atribuir ao terreno, tal como já aconteceu em situações anteriores;
- Refere-se que, o valor atribuído tem sido em situações idênticas de 1 cêntimo/m²;
- O prédio relativamente ao qual a parcela vai ser cedida encontra-se descrito na Conservatória do Registo Predial do Entroncamento sob o n.º 5274 e inscrito na matriz sob o art.º n.º 9236.
- As confrontações da parcela com 138,90 m² são:
- Norte: César da Silva Gameiro
- Sul: Rua Luís Sommer
- Nascente: Rua Mouzinho de Albuquerque
- Poente: Agostinho Teixeira»
- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, aceitar a cedência desta parcela de terreno e atribuir o valor de um cêntimo por metro quadrado de terreno.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO – CÉSAR DA SILVA GAMEIRO

- Petição de César da Silva Gameiro, residente em Covões de Cima, Entroncamento, na qualidade de proprietário de um terreno sito na Rua Mouzinho

de Albuquerque, nesta Cidade, a solicitar a celebração da escritura comprovativa de que foi cedida a área de 26,20 m², para passeio, conforme os documentos juntos.

- Para o efeito a DUOP emitiu a seguinte informação:
- «Dado que tem sido ultimamente exigida pelos Serviços Cadastrais e Conservatória a realização de escritura para transacção de terrenos cujo objectivo é a cedência para integração no domínio público municipal, cumpre-me informar V. E.^{xa} do seguinte:
- A área a receber é:
26,20 m² (vinte e seis vírgula vinte metros quadrados) para passeio;
- Anexa-se planta de localização em duplicado com indicação da parcela em causa, bem como planta de cedência em duplicado, devidamente autenticadas;
- Relativamente ao valor patrimonial sugere-se, em face da actual moeda, que haja uma tomada de posição do Executivo relativamente ao valor unitário (m²) a atribuir ao terreno, tal como já aconteceu em situações anteriores;
- Refere-se que, o valor atribuído tem sido em situações idênticas de 1 cêntimo/m²;
- O prédio relativamente ao qual a parcela vai ser cedida encontra-se descrito na Conservatória do Registo Predial do Entroncamento sob o n.º 5980 e inscrito na matriz sob o art.º n.º 8985.
- As confrontações da parcela com 26,20 m² são:
- Norte: Paul Sozzi
- Sul: César da Silva Gameiro
- Nascente: Rua Mouzinho de Albuquerque
- Poente: Agostinho Teixeira.”
- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, aceitar a cedência desta parcela de terreno e atribuir o valor de um cêntimo por metro quadrado de terreno.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO – VÍCTOR DE OLIVEIRA VIEIRA

- Petição de Victor de Oliveira Vieira, residente na Rua da Cascalheira, n.º 3- A, Entroncamento, a solicitar que seja rectificadada a escritura que efectuou com esta Câmara, no dia 15 de Fevereiro findo, no que respeita ao artigo da matriz, referente à cedência de uma parcela de terreno com a área de 201,60 m², para abertura de um arruamento paralelo à Rua da Cascalheira, desta Cidade.
- Ouvida a DUOP, emitiu, esta, a seguinte informação:
- «Na sequência da escritura de cedência de terreno para abertura de um arruamento, celebrada em 15 de Fevereiro de 2006, em face da deliberação tomada para o efeito em reunião de 20 de Dezembro de 2004, verificou-se uma incorrecção relativamente à menção do respectivo artigo da matriz, pelo que, haverá necessidade de proceder à rectificação da referida escritura, através de um averbamento, contemplando:
- Área a ceder – 201,60 m²
- Descrição – 01326
- Matriz – Artigo rústico 162 Secção “C” – 82,50 m²
Artigo urbano 2267 – 119,10 m²
- Mantêm-se as confrontações constantes da referida escritura.
- Anexam-se cópias autenticadas da planta de localização e da planta de cedência.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, proceder de acordo com a mesma.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

NOTARIADO

MINUTA CONTRATO – CRUZAMENTO RUA ABÍLIO CÉSAR AFONSO/D. AFONSO HENRIQUES – SEMÁFOROS E SINALIZAÇÃO; CRUZAMENTO AV^a DR. JOSÉ EDUARDO VÍTOR DAS NEVES/RUA LATINO COELHO – SEMÁFOROS E SINALIZAÇÃO; CRUZAMENTO AV^a. DR. JOSÉ EDUARDO VÍTOR DAS NEVES/PRAÇA DA REPÚBLICA – SEMAFOROS E SINALIZAÇÃO – TRABALHOS – A - MAIS

- Da Secção de Notariado foi presente a seguinte informação relativa à Minuta do Contrato para a Empreitada do “Cruzamento Rua Abílio César Afonso/D. Afonso Henriques – Semáforos e Sinalização; Cruzamento Av^a. Dr. José Eduardo Vítor das Neves/Rua Latino Coelho – Semáforos e Sinalização; Cruzamento Av^a. Dr. José Eduardo Vítor das Neves/Praça da Republica – Semáforos e Sinalização” – Trabalhos – A - Mais:

- «De acordo com o art.º 116.º do Decreto-Lei 59/99 de 02/3, e artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, e após adjudicação da empreitada mencionada em epígrafe, à Firma “Miraterra – Obras Públicas, Limitada”, junto remeto a V. Ex^a a minuta do contrato para aprovação desta Câmara.»

- Sobre este assunto e de acordo com a presente informação, o Exmo. Presidente proferiu o seguinte despacho:

- «De acordo com o n.º 3 do artº 68º da Lei nº 169/99, de 18/09 e posteriores alterações, aprovo a presente minuta do contrato, em conformidade com a informação dos Serviços. Aos Serviços para procedimento. À Reunião de Câmara para ratificação.»

- A Câmara, tudo visto e analisado deliberou, por maioria, ratificar o presente despacho.

- Votaram a favor, os Vereadores Srs. João Vieira, Maria João Grácio, Vice-Presidente Luís Filipe Boavida e Exmo Presidente;

- Votaram contra, os Vereadores Srs. Alexandre Zagalo e Ezequiel Estrada;

- Absteve-se o Vereador Sr. Henrique Leal.

- Foram feitas as seguintes declarações de voto:

- Dos Vereadores Srs. Alexandre Zagalo e Ezequiel Estrada:

- “Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista votam contra a ratificação da minuta do contrato da “Empreitada do Cruzamento Rua Abílio César Afonso/D. Afonso Henriques – Semáforos e Sinalização; Cruzamento Av^a. Dr. José Eduardo Vítor das Neves/Rua Latino Coelho – Semáforos e Sinalização; Cruzamento Av^a. Dr. José Eduardo Vítor das Neves/Praça da Republica – Semáforos e Sinalização – Trabalhos – A - Mais”, em virtude das obras aí referidas já estarem concluídas.

- Ora, os contratos celebram-se antes das obras darem o seu início e não depois das mesmas estarem concluídas.

- Mais uma vez se alerta a Ex.^a Câmara para que cumpra processualmente o que vem prescrito no Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março.

- Por último e para que os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista não venham a ser eventualmente responsabilizados por esta deliberação votam contra.”

- Do Vereador Sr. Henrique Leal

- Abstenho-me, face às questões que considero pertinentes, levantadas pelos Vereadores do Partido Socialista.”

- Ainda, sobre esta situação o Vereador Sr. Henrique Leal, fez as seguintes perguntas:

- É ou não legal este procedimento?
- E porque é efectuado sistematicamente?

- O Exmo. Presidente informou que não há nenhuma ilegalidade e quando em obra acontecem estas situações, a Câmara já aprovou os trabalhos a mais e a aprovação da minuta do contrato é só para autorização da respectiva despesa.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS MUNICIPAIS

RECINTO MULTIUSOS

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos, Situação nº 16 do Contrato Inicial, no valor de 14.662,10 € (catorze mil seiscentos e sessenta e dois euros e 10 cêntimos), elaborado em 27 de Fevereiro de 2006, referente à empreitada do “Recinto Multiusos”, adjudicada à Firma Oliveiras, S.A./Silvério & Melro, S.A.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

RECINTO MULTIUSOS

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos A Mais, Situação nº 1 da 1ª Adicional, no valor de 114.544,01 € (cento e catorze mil quinhentos e quarenta e quatro euros e um cêntimo), elaborado em 27 de Fevereiro de 2006, referente à empreitada do “Recinto Multiusos”, adjudicada à Firma Oliveiras, S.A./Silvério & Melro, S.A.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

REDE DE CICLOVIAS – RUA DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos, Situação nº 7 do Contrato Inicial, no valor de 33.512,98 € (trinta e três mil quinhentos e doze euros e noventa e oito cêntimos), elaborado em 17 de Março de 2006, referente à empreitada da “Rede de Ciclovias – Rua Dr. Francisco Sá Carneiro”, adjudicada à Firma Lena – Engenharia e Construções, S.A.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

REDE DE CICLOVIAS – RUA DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos A Menos, Situação nº 2 do Contrato Inicial, no valor de 33.512,98 € (trinta e três mil quinhentos e doze euros e noventa e oito cêntimos), elaborado em 17 de Março de 2006, referente à empreitada da “Rede de Ciclovias – Rua Dr. Francisco Sá Carneiro”, adjudicada à Firma Lena – Engenharia e Construções, S.A.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ZONA ENVOLVENTE AO POLIDESPORTIVO

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos, Situação nº 7 do Contrato Inicial, no valor de 49.632,46 € (quarenta e nove mil seiscentos e trinta e dois euros e quarenta e seis cêntimos), elaborado em 14 de Março de 2006, referente à empreitada da “Zona

Envolvente ao Polidesportivo”, adjudicada à Firma Construções Aquino & Rodrigues, S.A.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

EXECUÇÃO DE ARRANJOS EXTERIORES NA ZONA ENVOLVENTE À PISCINA MUNICIPAL (FASE 1 E FASE 1 A)

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos, Situação nº 7 do Contrato Inicial, no valor de 87.814,28 € (oitenta e sete mil oitocentos e catorze euros e vinte e oito cêntimos), elaborado em 30 de Março de 2006, referente à empreitada da “Execução de Arranjos Exteriores na Zona Envolvente à Piscina Municipal (Fase 1 e Fase 1 A)”, adjudicada à Firma Construções Aquino & Rodrigues, S.A.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

EXECUÇÃO DE ARRANJOS EXTERIORES NA ZONA ENVOLVENTE À PISCINA MUNICIPAL (FASE 1 E FASE 1 A)

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos A Mais, Situação nº 1 da 1ª Adicional, no valor de 16.758,49 € (dezasseis mil setecentos e cinquenta e oito euros e quarenta e nove cêntimos), elaborado em 30 de Março de 2006, referente à empreitada da “Execução de Arranjos Exteriores na Zona Envolvente à Piscina Municipal (Fase 1 e Fase 1 A)”, adjudicada à Firma Construções Aquino & Rodrigues, S.A.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

EXECUÇÃO DE ARRANJOS EXTERIORES NA ZONA ENVOLVENTE À PISCINA MUNICIPAL (FASE 1 E FASE 1 A)

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos A Menos, Situação nº 1 do Contrato Inicial, no valor de 4 371.00 € (quatro mil trezentos e setenta e um euros), elaborado em 30 de Março de 2006, referente à empreitada da “Execução de Arranjos Exteriores na Zona Envolvente à Piscina Municipal (Fase 1 e Fase 1 A)”, adjudicada à Firma Construções Aquino & Rodrigues, S.A.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

EXECUÇÃO DE ARRANJOS EXTERIORES NA ZONA ENVOLVENTE À PISCINA MUNICIPAL (FASE 1 E FASE 1 A)

- Da DOM foram presentes as informações que abaixo se transcrevem, bem como um Auto de Suspensão de trabalhos, referente à empreitada de “Execução de Arranjos Exteriores na Zona Envolvente à Piscina Municipal (Fase 1 e Fase 1 A)”, adjudicada à Firma Construções Aquino & Rodrigues, S.A.:

- A SABER:

- 1ª - “Serve a presente informação para dar conhecimento a Vossa Ex.^a, que dado ao facto da empreitada em epígrafe se encontrar concluída à excepção das infra-estruturas eléctricas mais especificamente colunas, luminárias, e respectivas ligações eléctricas, assim como o pavimento em saibro, de acordo com a análise dos técnicos responsáveis, se torna necessário proceder à suspensão temporária dos trabalhos da empreitada, nos termos do artigo 186.º do Decreto-lei n.º 59/99 de 02 de Março, pelo que se solicita a respectiva autorização.”

- Nesta informação, o Sr. Vice-Presidente, na qualidade de Presidente, proferiu o seguinte despacho:

- “Autorizo a suspensão, de acordo com o n.º 3 do art.º 68.º da lei n.º 169/99 de 18/09 e posteriores alterações. Aos Serviços para procedimento. À Reunião de Câmara para ratificação.”

- 2ª - “Serve a presente informação para dar conhecimento a Vossa Ex.ª, que atendendo ao facto da empreitada em epígrafe se encontrar concluída à excepção das infraestruturas eléctricas mais especificamente colunas, luminárias, e respectivas ligações eléctricas, assim como o pavimento em saibro, de acordo com a análise dos técnicos responsáveis, é de seu parecer que se torna necessário suspender os trabalhos da empreitada.

- Deste modo, para conhecimento e homologação da Exma. Câmara, junta-se em duplicado o Auto de Suspensão, referente à empreitada supra mencionada, adjudicada à Firma Construções Aquino & Rodrigues, S.A.

- Sendo a estimativa do empreiteiro para entrega do material discriminado e aplicação do mesmo, no período de 29 dias, ficando o auto de suspensão em vigor até ao dia 28 de Abril do corrente ano.”

- A Câmara, tomando conhecimento deliberou, por unanimidade, fazer baixar este processo à DOM, para que no Auto de Suspensão de trabalhos fique escrito que o empreiteiro prescinde de qualquer indemnização.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS PARTICULARES

PROCº DE OBRAS Nº 27/04 – VITOSILDA CONSTRUÇÕES, LDA

- No seguimento da deliberação de 20 de Março findo, foi presente, de novo, o processo de obras número 27/04, em nome de Vitosilda Construções, Lda, referente à construção de um edifício habitacional, na Rua do Forno do Grilo, nesta Cidade, acompanhado da seguinte informação D.U.O.P.:

- “De acordo com a acta n.º 6/06 da reunião camarária de 20/Março/06, cumpre a estes serviços informar o seguinte:

- 1 – Não se trata dum lote mas sim dum artigo urbano, conforme certidão do Registo Predial que se encontra no processo. O artigo é composto por “uma casa térrea para habitação – 80 m2 e logradouro – 549,80 m2” perfazendo um total de 629,80 m2.

- 2 – Conforme consta do projecto a área de implantação é de 506,74 m2.

- 3 – A área de construção em Cave é de: 509,31/m2

– A área de construção em R/Chão é de: 430,91/m2

– A área de construção em 1º Andar é de: 439,65/m2

– A área de construção em Sótão é de: 327,61/m2

- 4 – O afastamento de 2,5 m ou de cerca de 2,5 m à moradia contígua está dentro da legalidade ou seja cumpre o estipulado nos artigos 1362, 1363 e 1364 do Código Civil; conforme fotocópia anexa.”

- Posto isto, o Vereador Sr. Henrique Leal não se mostrou esclarecido, pelo que questionou o seguinte:

- “1 – Referem os Serviços que não se trata de um lote mas sim de um artigo urbano em que a construção anterior ocupava 80 m2 e havia 549,80 m2 de logradouro. Pergunto:

- Mesmo tratando-se de um artigo urbano e não de um lote o P.D.M. não estabelece um índice de ocupação?
- E este índice está a ser respeitado?
- 2 – Não há discrepância entre a área de implantação de 506,74 m² e a construção em cave de 509,31 m²?
- 3 - O afastamento de cerca de 2,5 m não é da obra, mas sim da moradia contígua em relação ao muro da extrema. Pergunto:
- O que é que diz o RGEU a este respeito?”
- Este assunto foi aprovado em minuta para produzir efeitos imediatos.

PROCº DE OBRAS Nº 30/06 – CESÁRIO LAMELAS SEQUEIRA

- Presente o processo de obras número 30/06, em nome de Cesário Lamelas Sequeira, referente à demolição de um edifício na Rua Almirante Reis, n.º 57, nesta Cidade, conforme o projecto que junta.
- Ouvida a D.U.O.P., emitiu esta o seguinte parecer:
- «Apresenta o requerente um pedido de demolição de um edifício com um piso sito no local em título.
- O PDM estabelece no Artº 32º que “a demolição para substituição dos edifícios existentes só será autorizada depois de licenciada a nova construção para o local, excepto quando a situação dos edifícios existentes ponha em risco a segurança de pessoas e bens”
- Verificamos que foi entretanto apresentado para o local um projecto de uma nova edificação, Proc nº 31/06, em fase de aprovação. Assim poderá ser aprovado o presente pedido de demolição com o condicionamento de o seu licenciamento apenas poder ser feito em conjunto com o da nova edificação.»
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o pedido de acordo com o parecer da D.U.O.P.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROCº DE OBRAS Nº 115/99 – FRANCISCO CAETANO

- Na sequência dos nossos ofícios n.ºs 7736 e 7737, respectivamente, datados de 3 de Outubro de 2005, foi presente, de novo, o processo de obras número 115/99, em nome de Francisco Caetano, referente à construção de uma moradia na Urbanização do Casal Terceiro, Lote 22, nesta Cidade, acompanhados dos esclarecimentos prestados pelo proprietário e pelo técnico autor do projecto e responsável pela direcção técnica da obra e a solicitarem que seja aceite a implantação tal como se encontra dado que a obra está em fase de acabamentos.
- Sobre este assunto a DUOP, prestou o seguinte parecer:
- «Apesar de o lote ser bastante estreito, não justifica que o afastamento de 2,00 m ao passeio não tivesse sido cumprido. No entanto, face à discrepância dos desenhos apresentados é de aceitar que tenha havido lapso do construtor na fase de implantação da construção. Como são duas moradias geminadas e que confrontam com dois arruamentos (Rua Mouzinho de Albuquerque e Rua D. Diniz) não implicando com qualquer alinhamento do mesmo arruamento, é de aceitar dado que este erro só foi detectado pelos Serviços na fase final da obra.»
- A Câmara, tudo visto e analisado, e de acordo com a informação da DUOP, deliberou por unanimidade, deferir o processo.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROCº DE OBRAS Nº 203/00 – MANUEL DE SOUSA GAMEIRO

- No seguimento da deliberação de 20/03/06, na qual esta Câmara apontou a sua decisão no sentido do indeferimento do processo de obras número 203/00, em nome de Manuel de Sousa Gameiro, referente às alterações na construção de uma moradia na Rua Almirante Reis, 74, nesta Cidade, foi presente, de novo, este processo, acompanhado do projecto rectificado, sobre o qual a D.U.O.P., emitiu o seguinte parecer:

- “Apresenta o requerente uma modificação ao projecto de alterações referente à obra em título, procurando solucionar as questões que motivaram o indeferimento do projecto anteriormente entregue.

- Assim foi reduzida a dimensão do telheiro nas traseiras de modo a garantir o afastamento mínimo aos vãos da habitação de 3,00 m.

- Deste modo nada há a opor às alterações, podendo ser aprovado o projecto de arquitectura e solicitada a apresentação dos projectos das especialidades no prazo de 6 meses.”

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto de acordo com a presente informação.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROCº DE OBRAS Nº 204/00 – MANUEL DE SOUSA GAMEIRO

- No seguimento da deliberação de 20/03/06, na qual esta Câmara apontou a sua decisão no sentido do indeferimento do processo de obras número 204/00, em nome de Manuel de Sousa Gameiro, referente às alterações na construção de uma moradia na Rua Almirante Reis, 76, nesta Cidade, foi presente, de novo, este processo, acompanhado do projecto rectificado, sobre o qual a D.U.O.P., emitiu o seguinte parecer:

- “Apresenta o requerente uma modificação ao projecto de alterações referente à obra em título, procurando solucionar as questões que motivaram o indeferimento do projecto anteriormente entregue.

- Assim foi reduzida a dimensão do telheiro nas traseiras de modo a garantir o afastamento mínimo aos vãos da habitação de 3,00 m.

- Deste modo nada há a opor às alterações, podendo ser aprovado o projecto de arquitectura e solicitada a apresentação dos projectos das especialidades no prazo de 6 meses.”

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto de acordo com a presente informação.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROCº DE OBRAS Nº 101/03 – CANFOL – CONSTRUÇÕES CIVIS DE OURÉM, LDA

- No seguimento da deliberação de 23/05/05, foi presente, de novo, o processo de obras número 101/03, em nome de Canfol – Construções Civis de Ourém, Lda, referente à construção de um edifício de habitação (rectificações), sito na Estrada da Barroca – Pinhal da Lameira, nesta Cidade, conforme o projecto que junta e sobre o qual a D.U.O.P., emitiu o seguinte parecer:

- “Foi dado cumprimento ao parecer destes Serviços datado de 13/05/05 e deliberação camarária de 23/05/05 pelo que o projecto de Arquitectura está em condições de ser aprovado, devendo o requerente ser notificado a apresentar os projectos das especialidades no prazo de 6 meses.”

- A Câmara, tudo visto e analisado deliberou, por maioria, deferir o processo de acordo com o parecer da D.U.O.P.

- Votaram a favor, os Vereadores Srs. João Vieira, Maria João Grácio, Vice-Presidente Luís Filipe Boavida e Exmo. Presidente.
- Votaram contra, os Vereadores Srs. Henrique Leal, Ezequiel Estrada e Alexandre Zagalo, que fizeram as seguintes declarações de voto:
- Do Vereador Sr. Henrique Leal:
- “Voto contra, porque o projecto tem falta de 14 lugares de estacionamento e porque o projecto tem déficit de áreas de cedência.”
- Dos Vereadores Srs. Alexandre Zagalo e Ezequiel Estrada:
- “Votamos contra, por déficit de estacionamento.”
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROCº DE OBRAS Nº 90/06 – JOSÉ JOÃO LOPES DOS REIS

- Presente o processo de obras número 90/06, em nome de José João Lopes dos Reis, referente à alteração de cor da telha do telhado da sua moradia sita na Rua Duque de Saldanha, n.º 20, nesta Cidade, conforme os documentos que junta.
- Ouvida a D.U.O.P., emitiu esta o seguinte parecer:
- “O pedido apresentado refere-se à alteração de cor da telha (preta) para a cor vermelha.
- Não há qualquer inconveniente, pelo que o processo está em condições de merecer deferimento.”
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo com o parecer da D.U.O.P.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROCº DE OBRAS Nº 91/06 – JOÃO ALBERTO RIBEIRO

- Presente o processo de obras número 91/06, em nome de João Alberto Ribeiro, referente às alterações e remodelação de moradia, sita na Rua Alves Roçadas, nº 16 – A Fracção B – 1º Andar, nesta Cidade, conforme o projecto que junta.
- Ouvida a D.U.O.P., emitiu esta o seguinte parecer:
- “O projecto apresentado refere-se à remodelação do 1º andar sito no local acima indicado.
- Basicamente é criada uma escada directamente para o sótão, e os compartimentos mudaram ligeiramente de configuração pelo que da parte destes Serviços não há qualquer inconveniente.
- Deverá o requerente ser notificado a apresentar os projectos de arquitectura no prazo de 6 meses.
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo com o parecer da D.U.O.P.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROCº DE OBRAS Nº 60/02 – JOSÉ JANUÁRIO LOURENÇO

- Presente o processo de obras número 60/02, em nome de José Januário Lourenço, referente às alterações que introduziu na construção de um edifício sito no Gaveto da Rua Mestre Aviz com a Rua D. Pedro V, nesta Cidade, no seguimento do deferimento do projecto de arquitectura e aprovação dos projectos das especialidades pelas entidades intervenientes.
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo com o parecer da D.U.O.P., emitido em 29/03/2006.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROCº DE OBRAS Nº 49/03 – SOPREFIMADIL, LDª – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES DA CAVADINHA, LDA

- Presente o processo de obras número 49/03, em nome de Soprefimadil – Sociedade de Construções da Cavadinha, Lda, referente às alterações que introduziu na construção de um edifício de habitação e comércio, sito na Rua 1º de Maio e Rua 7 de Novembro de 1862, nesta Cidade, no seguimento do deferimento do projecto de arquitectura e aprovação dos projectos das especialidades pelas entidades intervenientes.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo com o parecer da D.U.O.P., emitido em 10/04/2006.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROCº DE OBRAS Nº 152/05 – LUISA MARIA ALVES GRILLO E OUTRA

- Presente o processo de obras número 152/05, em nome de Luísa Maria Alves Grillo e Outra, referente à ampliação de moradia, sita Rua de Olivença n.º 6, nesta Cidade, no seguimento do deferimento do projecto de arquitectura e aprovação dos projectos das especialidades pelas entidades intervenientes.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo com os condicionamentos do parecer da D.U.O.P., emitido em 07/04/2006.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

LOTEAMENTOS

ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 05/82 – ADITAMENTO N.º 3 – GESTAZUL, S.A.

- Petição em nome da Firma Gestazul – Imobiliário e Investimentos, S.A., proprietária do alvará de loteamento nº 05/82, sito no Casal Vaz, nesta Cidade, a solicitar um novo licenciamento por 3 meses para conclusão dos trabalhos e revalidação para as obras de Urbanização, acerca da qual a D.U.O.P. emitiu o seguinte parecer:

- «Apresenta o requerente um pedido de novo licenciamento por 3 meses e revalidação para as obras de urbanização do processo de loteamento em título, por ter terminado a validade da anterior licença sem que as mesmas obras tenham sido concluídas, apesar de estarem em adiantada fase de execução.

- Nos termos do n.º 3 do Artº 71º, do Dec-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro e posteriores alterações, a não conclusão das obras de urbanização no prazo fixado na licença ou a sua prorrogação implica a caducidade da “licença ou a autorização para a realização de operação de loteamento que exija a realização de obras de urbanização”.

- O presente pedido enquadra-se no previsto no n.º 1 do Artº 72º.

- Assim e porque a Câmara tem toda a conveniência em que as obras de urbanização sejam concluídas pelos loteadores, evitando substituir-se aos mesmos na sua realização e ainda evitando os efeitos, especialmente para terceiros, de uma caducidade, entendemos ser de deferir o pedido apresentado. Tendo em consideração o estado de execução dos trabalhos não faz sentido a nova consulta a qualquer entidade.»

- A Câmara, tudo visto e analisado deliberou por unanimidade, deferir o pedido de acordo com o parecer da D.U.O.P.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 02/03 – TORRESTEJO, LDA

- Petição em nome da Firma Torrestejo – Investimentos Imobiliários e Empreendimentos de Hotelaria, Lda, proprietária do alvará de loteamento nº 02/03, sito no Formigão, nesta Cidade, a solicitar um novo licenciamento até 31 de Dezembro de 2006 e revalidação para obras de urbanização, acerca da qual a D.U.O.P. emitiu o seguinte parecer:

- «Apresenta o requerente um pedido de novo licenciamento por um ano e revalidação para as obras de urbanização do processo de loteamento em título, por ter terminado a validade da anterior licença sem que as mesmas obras tenham sido concluídas, apesar de estarem em adiantada fase de execução.

- Nos termos do n.º 3 do Artº 71º, do Dec-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro e posteriores alterações, a não conclusão das obras de urbanização no prazo fixado na licença ou a sua prorrogação implica a caducidade da “licença ou a autorização para a realização de operação de loteamento que exija a realização de obras de urbanização”. Idêntico procedimento estava já previsto no anterior regime Dec-Lei n.º 448/91, de 29 de Novembro (Artº 38º).

- O presente pedido enquadra-se no previsto no n.º 1 do Artº 72º.

- Assim e porque a Câmara tem toda a conveniência em que as obras de urbanização sejam concluídas pelos loteadores, evitando substituir-se aos mesmos na sua realização e ainda evitando os efeitos, especialmente para terceiros, de uma caducidade, entendemos ser de deferir o pedido apresentado. Tendo em consideração o estado de execução dos trabalhos não faz sentido a nova consulta a qualquer entidade.»

- A Câmara, tudo visto e analisado deliberou por unanimidade, deferir o pedido de acordo com o parecer da D.U.O.P.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 05/00 – PRELAR, LDA

- Petição em nome da Firma Prelar – Predial do Entroncamento, Lda, proprietária do alvará de loteamento nº 05/00, sito em Texugueiras, nesta Cidade, a solicitar um novo licenciamento até 31 de Abril de 2006 e revalidação para as obras de urbanização, acerca da qual a D.U.O.P. emitiu o seguinte parecer:

- «Apresenta o requerente um pedido de novo licenciamento por um ano e revalidação para as obras de urbanização do processo de loteamento em título, por ter terminado a validade da anterior licença sem que as mesmas obras tenham sido concluídas, apesar de estarem em fase final.

- Nos termos do n.º 3 do Artº 71º, do Dec-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro e posteriores alterações, a não conclusão das obras de urbanização no prazo fixado na licença ou a sua prorrogação implica a caducidade da “licença ou a autorização para a realização de operação de loteamento que exija a realização de obras de urbanização”. Idêntico procedimento estava já previsto no anterior regime Dec-Lei n.º 448/91, de 29 de Novembro (Artº 38º).

- O presente pedido enquadra-se no previsto no n.º 1 do Artº 72º.

- Assim e porque a Câmara tem toda a conveniência em que as obras de urbanização sejam concluídas pelos loteadores, evitando substituir-se aos mesmos na sua realização e ainda evitando os efeitos, especialmente para terceiros, de uma caducidade, entendemos ser de deferir o pedido apresentado. Tendo em consideração o estado de execução dos trabalhos não faz sentido a nova consulta a qualquer entidade.»

- A Câmara, tudo visto e analisado deliberou por unanimidade, deferir o pedido de acordo com o parecer da D.U.O.P.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 2/2005-URBANOGUE – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, LDª - REDUÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA

- Da DOM foi presente a seguinte informação relativa a um pedido de redução de garantia bancária referente ao alvará de loteamento nº 2/2005, em nome da Firma Urbanogue – Sociedade Imobiliária, Lda.:

- «Serve a presente informação para dar conhecimento a Vossa Ex.^a que após Vistoria Parcial às obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 02/2005, verificou-se que os trabalhos a executar das infra-estruturas, se encontram de um modo geral parcialmente concluídos.

- Deste modo, para redução do montante de caução da garantia bancária n.º 0282/000448/682/0019, no valor de 325 720.00 €, considera-se os trabalhos executados de:

- **Movimento de terras** - 80%, ou seja, 22 549.60 €, sem IVA incluído.
- **Betão** - 80%, ou seja, 12 898.40 € sem IVA incluído.
- **Pavimentos** - 71,37%, ou seja, 82 638.39 € sem IVA incluído.
- **Rede de Esgotos Domésticos** - 69.90%, ou seja, 7 744.51 € sem IVA incluído.
- **Rede de Esgotos Pluviais** - 86.28%, ou seja, 21 893.60 € sem IVA incluído.
- **Rede de Distribuição de Água** - 100 %, ou seja, 14 029.00 € sem IVA incluído.
- **Sinalização** - 46.39 %, ou seja, 1 190.00 € sem IVA incluído.
- **Diversos** - 33.33 %, ou seja, 250.00 € sem IVA incluído.

- Deste modo:

- Pelos trabalhos já executados no valor de 163 193.50 €, deverá ser mantida a caução respeitante a 10% com o valor do IVA de 21%, o que corresponde a 19 746.41 €.

- Assim o valor da garantia bancária que poderá ser reduzida é de 143 447.09 €, ficando deste modo, o valor da garantia após a redução no montante de 182.272.91 €.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, proceder à redução da garantia bancária, de acordo com a informação da DOM.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PAGAMENTOS

PAGAMENTOS

- A Câmara deliberou autorizar os pagamentos no valor total de 648.482,37 € (seiscentos e quarenta e oito mil quatrocentos e oitenta e dois euros e trinta e sete cêntimos), referente às autorizações de pagamento números 2345 ao 2596.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

- E nada mais havendo a tratar o Excelentíssimo Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

- E eu, _____, Chefe de Secção da Divisão Administrativa, a redigi, subscrevo e vou assinar, juntamente com o Excelentíssimo Presidente e Vereadores presentes.